

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.º Trimestre de 2018



SPMS_{EPE}
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



1. ÍNDICE

1. ÍNDICE.....	1
2. INTRODUÇÃO.....	2
3. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	3
3.1. Análise Orçamental Global	3
3.2. Execução da receita com referência a 30 de setembro de 2018.....	4
3.3. Execução da despesa com referência a 30 de setembro de 2018	6
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
4.1. Balanço.....	9
4.2. Demonstração dos Resultados.....	10
4.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	11
4.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	12
4.5. Notas às Demonstrações Financeiras.....	13
5. INDICADORES.....	19
6. CONCLUSÃO	21



2. INTRODUÇÃO

O presente relatório trimestral de execução orçamental enquadra-se nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro¹, do n.º 3 do artigo 110.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio², bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)³.

Este relatório tem por objetivos:

- Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração dos resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

¹ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

² Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2018

³ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro n.º 209/2015, de 25 de setembro, Decreto-Lei n.º 69/2017, de 16 de junho e Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho.



3. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

3.1. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da Empresa em termos dos principais indicadores de execução orçamental com destaque os pagamentos e recebimentos e respetivo saldo orçamental.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução orçamental				
Principais agregados	SET- 2017	SET- 2018	Variação	%
Previsões Corrigidas	87 936 208,00 €	110 277 231,00 €	22 341 023,00 €	25%
Receitas Liquidadas	39 241 490,00 €	62 958 050,00 €	23 716 560,00 €	60%
Liquidações anuladas	830 572,00 €	12 209 407,00 €	11 378 835,00 €	1370%
Recebimentos	36 800 923,00 €	44 211 650,00 €	7 410 727,00 €	20%
Dotações corrigidas	82 077 947,00 €	99 583 007,00 €	17 505 060,00 €	21%
Cativos ou congelamentos	5 829 174,00 €	3 307 374,00 €	- 2 521 800,00 €	-43%
Compromissos assumidos	53 820 559,00 €	73 612 334,00 €	19 791 775,00 €	37%
Obrigações	Nd	42 146 055,00 €	Na	
Saldo de gerência anterior	5 759 261,00 €	10 694 221,00 €	4 934 960,00 €	86%
Reembolsos e restituições	5 286 214,00 €	9 678 865,00 €	4 392 651,00 €	83%
Pagamentos	29 772 442,00 €	38 928 842,00 €	9 156 400,00 €	31%
Saldo	7 501 528,00 €	6 298 164,00 €	3 189 287,00 €	

Outros indicadores	SET- 2017	SET- 2018	Variação	%
Receita por cobrar no início	5 278 546,00 €	5 021 994,00 €	- 256 552,00 €	-5%
Receita por cobrar no final	1 129 281,00 €	864 304,00 €	- 264 977,00 €	-23%
Compromissos por faturar	Nd	31 466 279,00 €	Na	
Obrigações por pagar	Nd	3 217 213,00 €	Na	
Compromissos por pagar	24 048 117,00 €	34 683 493,00 €	10 635 376,00 €	44%

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

A execução orçamental a setembro de 2018 apresenta um total de recebimentos de 44.211.650€ e um total de pagamentos de 38.928.842€. O montante da dívida orçamental a 30 de setembro é de 3.217.213,00€, sendo que os compromissos assumidos em setembro de 2018 ascendem a 73.612.334,00€, dos quais 34.683.493,00€ ainda não resultaram em pagamentos, ou seja, ainda não foram executadas as respetivas contraprestações de serviços ou as faturas recebidas ainda se encontram dentro do prazo de vencimento.

Em 2017 os mapas oficiais do controlo da despesa em POCP (mapa 7.1) não apresentavam a coluna com as obrigações processadas, o que já acontece com a demonstração da execução orçamental da despesa (mapa 3) da NCP26 do SNC-AP, pelo que se passa a apresentar os compromissos por pagar discriminados por obrigações por pagar e compromissos por faturar.



(Unid Monetária: Euros)

Execução orçamental SET18							
Principais agregados	FF: 319	FF: 411	FF: 482	FF: 488	FF: 511	FF: 721	Total
Recebimentos	36 943 763,00 €	- €	875 523,00 €	1 015 356,00 €	5 768 815,00 €	623 549,00 €	45 227 006,00 €
Pagamentos	23 355 391,00 €	189 212,00 €	672 399,00 €	- €	14 711 840,00 €	- €	38 928 842,00 €
Saldo	13 588 372,00 € -	189 212,00 €	203 124,00 €	1 015 356,00 € -	8 943 025,00 €	623 549,00 €	6 298 164,00 €

Figura 2 – Execução orçamental por fonte de financiamento

Em setembro de 2018 o saldo orçamental é positivo em cerca de 6,3 M€, todavia, foi necessário recorrer a verbas da Fonte de Financiamento 319 para financiar o défice da Fonte de Financiamento 511, situação que será reequilibrada com o início da faturação do Contrato-Programa de 2018.

3.2. Execução da receita com referência a 30 de setembro de 2018

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS													
set/18													
Font. Fin.	Agrup.	Designação	Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada ano	Receita cobrada ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Receita cobrada líquida	Rec. por cobrar final do ano	Grau (%)
			[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]+[6]	[8]	[9]=[7]-[8]	[2]+[3]-[4]-[7]	[17]/[1]
3.1.3	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	8 544 885 €	- €	8 544 884 €	- €	8 544 884 €	- €	8 544 884 €	8 544 884 €	- €	- €	100,0%
3.1.9	R06.03	RECEITAS CORRENTES	51 149 264 €	- €	36 295 088 €	- €	36 295 088 €	- €	36 295 088 €	- €	36 295 088 €	- €	71,0%
3.1.9	R10.01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	340 000 €	- €	340 000 €	- €	340 000 €	- €	340 000 €	- €	340 000 €	- €	100,0%
3.1.9	R15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS	609 €	- €	608 €	- €	608 €	- €	608 €	- €	608 €	- €	99,8%
3.1.9	R17.01	OPERAÇÕES TESOURARIA	2 400 000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
3.1.9	R17.02	OUTRAS OPERAÇÕES TESOURARIA	308 067 €	- €	308 067 €	- €	308 067 €	- €	308 067 €	- €	308 067 €	- €	100,0%
4.1.1	R06.09	RESTO DO MUNDO	1 853 540 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
4.8.2	R06.09	RESTO DO MUNDO	507 381 €	- €	223 896 €	- €	223 896 €	- €	223 896 €	- €	223 896 €	- €	44,1%
4.8.2	R17.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	651 627 €	- €	651 627 €	- €	651 627 €	- €	651 627 €	- €	651 627 €	- €	100,0%
4.8.8	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	1 015 357 €	- €	1 015 356 €	- €	1 015 356 €	- €	1 015 356 €	- €	1 015 356 €	- €	100,0%
5.1.1	R07.02	SERVICIOS	38 790 989 €	5 021 994 €	10 863 012 €	12 209 407 €	2 269 728 €	541 569 €	2 811 297 €	462 €	2 810 835 €	864 302 €	7,2%
5.1.1	R08.01	OUTRAS	264 856 €	- €	264 855 €	- €	264 855 €	- €	264 855 €	- €	264 855 €	- €	100,0%
5.1.1	R15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS	18 806 €	- €	18 806 €	- €	18 806 €	- €	18 806 €	- €	18 806 €	- €	100,0%
5.1.1	R17.02	OUTRAS OPERAÇÕES TESOURARIA	2 674 319 €	- €	2 674 319 €	- €	2 674 319 €	- €	2 674 319 €	- €	2 674 319 €	- €	100,0%
5.2.1	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	1 133 982 €	- €	1 133 981 €	- €	1 133 981 €	- €	1 133 981 €	1 133 981 €	- €	- €	100,0%
7.2.1	R12.01	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	623 549 €	- €	623 549 €	- €	623 549 €	- €	623 549 €	- €	623 549 €	- €	100,0%
			110 277 231 €	5 021 994 €	62 958 050 €	12 209 407 €	54 364 765 €	541 569 €	54 906 333 €	9 679 327 €	45 227 006 €	864 304 €	41,0%

Figura 3 – Execução orçamental da receita por subagrupamento

O recebimento dos duodécimos provenientes do Orçamento do Estado, tem permitido uma gestão de tesouraria equilibrada, possibilitando efetuar pagamentos com base na receita cobrada, com exceção do desequilíbrio entre fontes de financiamento, acima referida, provocada pela ausência de cobrança do Contrato-Programa. A taxa de execução mais preocupante é, por conseguinte, a da linha ACSS – Projetos em Desenvolvimento, que representa o Contrato-Programa com a ACSS.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de setembro.

(Unid Monetária: Euros)			
Receita	SET - 16	SET - 17	SET - 18
Valor Orçamentado	86 312 285,00 €	87 936 208,00 €	110 277 231,00 €
Valor Executado	48 966 075,00 €	37 273 970,00 €	45 227 006,00 €
Grau de Execução	57%	42%	41%

Figura 4 – Evolução da execução do orçamento da receita

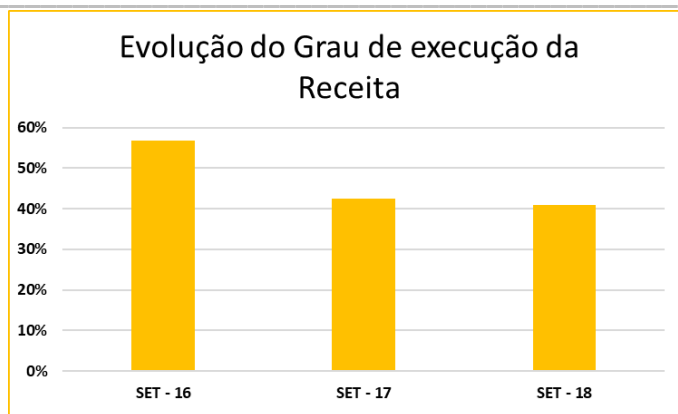


Figura 5 – Evolução do grau de execução da receita

Em termos de receitas, de salientar que até setembro de 2018 a SPMS recebeu o montante de 29.999.997€ referente aos nove duodécimos do OE. Recebeu também o montante de 6.295.091€ para fazer face à despesa no âmbito do Centro de Contacto do Serviço nacional de Saúde (CCSNS).

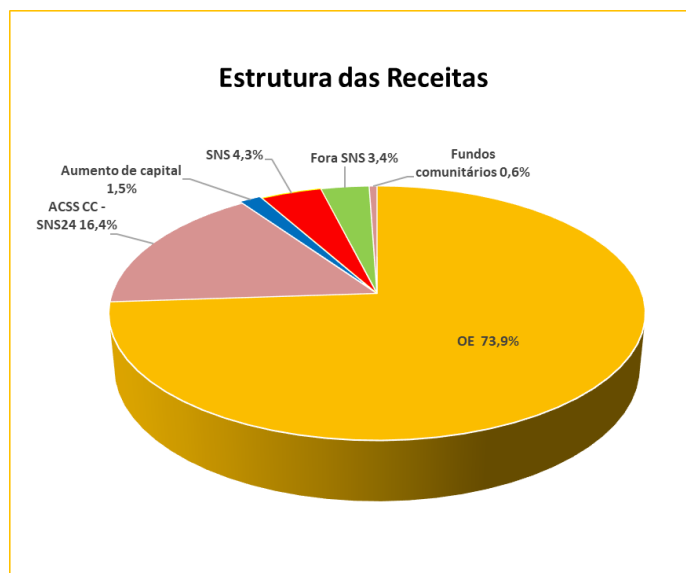


Figura 6 – Estrutura das receitas

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita:



(Unid Monetária: Euros)

SET18 - Resumo da execução da receita - Comparação com o esperado

F.F.	Económica	Fontes de Receita	Saldo de 2017	Receita inicial estimada	Prespetiva de Recebimentos	Emissão	Cobrança	Grau de ex. (%)
3.1.9	06.03.07	Tr. correntes ACSS OE - Manutenção Sistemas em Contínuo	- €	40 000 000,00 €	40 000 000,00 €	29 999 997,00 €	29 999 997,00 €	75%
3.1.9	06.03.07	Transferências correntes ACSS CC - SNS24	- €	9 266 844,00 €	9 266 844,00 €	6 295 091,00 €	6 295 091,00 €	68%
3.1.9	10.01.02	Tr. de capital (accionamento de garantia)- CC - SNS24	- €	- €	340 000,00 €	340 000,00 €	340 000,00 €	100%
3.1.9	06.03.07	Transferências correntes - CCMSNS	- €	- €	1 882 420,00 €	- €	- €	0%
3.1.9	15.01.01	Reposição não abatida aos pagamentos	- €	- €	609,00 €	608,00 €	608,00 €	100%
4.1.1	06.09.01	Projetos SAMA	- €	1 853 540,00 €	1 853 540,00 €	- €	- €	0%
4.8.2	06.09.01	Projetos diretamente financiados pela UE	- €	507 381,00 €	507 381,00 €	223 896,00 €	223 896,00 €	44%
5.1.1	07.02.99.A0	Contrato-Programa com a ACSS - Projetos em Desenvolvi	4 478 359,26 €	30 188 994,00 €	30 188 994,00 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.B0	Prestação de Serviços Partilhados	397 760,22 €	3 042 282,00 €	3 042 282,00 €	1 678 012,00 €	1 279 495,00 €	37%
5.1.1	07.02.99.B0	SITAM	- €	448 707,00 €	448 707,00 €	483 934,00 €	448 858,00 €	100%
5.1.1	07.02.99.C0	Direção Geral da Saúde	50 528,40 €	3 171 925,00 €	3 222 453,40 €	757 046,00 €	797 357,00 €	24%
5.1.1	07.02.99.C0	INCM	47 895,84 €	374 583,00 €	422 478,84 €	170 513,00 €	199 321,00 €	42%
5.1.1	07.02.99.C0	Isaúde (Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Soc	45 384,00 €	55 822,00 €	101 206,00 €	- €	45 384,00 €	31%
5.1.1	07.02.99.C0	Saudaor	- €	- €	40 420,00 €	40 420,00 €	40 420,00 €	100%
5.1.1	07.02.99.C0	Santa casa Misericórdia	- €	36 501,00 €	36 501,00 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.C0	IPST	- €	89 790,00 €	89 790,00 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.C0	Novos - SIMH-CUF e RHC-ME	- €	1 401 191,00 €	1 193 922,76 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.C0	Outras prestações de serviços	2 066,40 €	- €	4 234,40 €	1 578,00 €	- €	0%
5.1.1	08.01.99	Outras receitas correntes	- €	- €	264 856,00 €	264 855,00 €	264 855,00 €	100%
5.1.1	15.01.01	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	18 806,00 €	18 806,00 €	18 806,00 €	100%
7.2.1	12.07.03	Aumento de capital	- €	- €	623 549,00 €	623 549,00 €	623 549,00 €	100%
Total			5 021 994,12 €	90 437 560,00 €	93 548 994,40 €	40 898 305,00 €	40 577 637,00 €	41%

Figura 7 – Detalhe da execução da receita

3.3. Execução da despesa com referência a 30 de setembro de 2018

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS										
set/18										
Descrição		Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
Font. Fin.	Agrup. Designação	[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]=[3]-[4]	[7]=[3]-[5]	[8]=[4]-[5]	[9]=[5]/[3]
3.1.9	D01.01	7 096 658 €	- €	7 096 658 €	6 148 976 €	4 646 141 €	947 682 €	2 450 517 €	1 502 835 €	65,5%
3.1.9	D01.02	598 800 €	- €	598 800 €	569 976 €	417 846 €	28 824 €	180 954 €	152 130 €	69,8%
3.1.9	D01.03	1 952 007 €	- €	1 952 007 €	1 777 582 €	1 168 252 €	174 425 €	783 755 €	609 330 €	59,8%
3.1.9	D02.01	180 025 €	2 682 €	177 343 €	123 878 €	40 519 €	53 465 €	136 824 €	83 359 €	22,8%
3.1.9	D02.02	40 574 383 €	20 915 €	40 553 468 €	33 188 462 €	16 725 833 €	7 365 006 €	23 827 635 €	16 462 629 €	41,2%
3.1.9	D06.02	300 000 €	150 000 €	150 000 €	36 978 €	35 537 €	113 022 €	114 463 €	1 441 €	23,7%
3.1.9	D07.01	788 000 €	- €	788 000 €	13 196 €	13 196 €	774 804 €	774 804 €	- €	1,7%
3.1.9	D12.01	2 708 067 €	- €	2 708 067 €	308 067 €	308 067 €	2 400 000 €	2 400 000 €	- €	11,4%
4.1.1	D02.02	1 853 540 €	- €	1 853 540 €	242 849 €	189 212 €	1 610 691 €	1 664 328 €	53 637 €	10,2%
4.8.2	D02.02	507 381 €	- €	507 381 €	175 965 €	52 743 €	331 416 €	454 638 €	123 222 €	10,4%
4.8.2	D12.02	651 627 €	- €	651 627 €	619 656 €	619 656 €	31 971 €	31 971 €	- €	95,1%
5.1.1	D02.01	357 899 €	- €	357 899 €	357 898 €	262 669 €	1 €	95 230 €	95 229 €	73,4%
5.1.1	D02.02	27 981 404 €	41 820 €	27 939 584 €	21 948 394 €	9 854 844 €	5 991 190 €	18 084 740 €	12 093 550 €	35,3%
5.1.1	D03.06	1 000 €	- €	1 000 €	- €	- €	1 000 €	1 000 €	- €	0,0%
5.1.1	D06.02	3 934 348 €	3 091 957 €	842 391 €	299 616 €	299 616 €	542 775 €	542 775 €	- €	35,6%
5.1.1	D07.01	6 800 000 €	- €	6 800 000 €	5 134 738 €	1 628 606 €	1 665 262 €	5 171 394 €	3 506 132 €	24,0%
5.1.1	D12.01	8 215 €	- €	8 215 €	- €	- €	8 215 €	8 215 €	- €	0,0%
5.1.1	D12.02	2 666 104 €	- €	2 666 104 €	2 666 104 €	2 666 104 €	- €	- €	- €	100,0%
7.2.1	D06.02	623 549 €	- €	623 549 €	- €	- €	623 549 €	623 549 €	- €	0,0%
Total		99 583 007 €	3 307 374 €	96 275 633 €	73 612 334 €	38 928 842 €	22 663 299 €	57 346 791 €	34 683 493 €	40,4%

Figura 8 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 40%, o que significa que o nível de execução da despesa está equilibrado face ao nível de execução da receita.



No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de setembro.

(Unid Monetária: Euros)

Despesa	SET - 16	SET - 17	SET - 18
Valor Orçamentado	87 000 661,00 €	82 077 947,00 €	99 583 007,00 €
Valor cativo	8 011 527,00 €	5 829 174,00 €	3 307 374,00 €
Valor Executado	25 997 088,00 €	29 772 442,00 €	38 928 842,00 €
Grau de Execução	33%	39%	40%

Figura 9 - Evolução da execução do orçamento da despesa

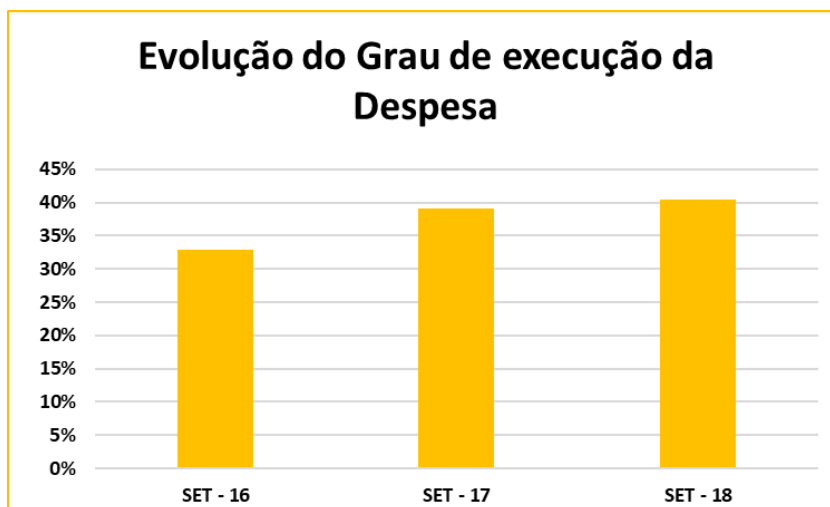


Figura 10 – Evolução do grau de execução da despesa

Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.

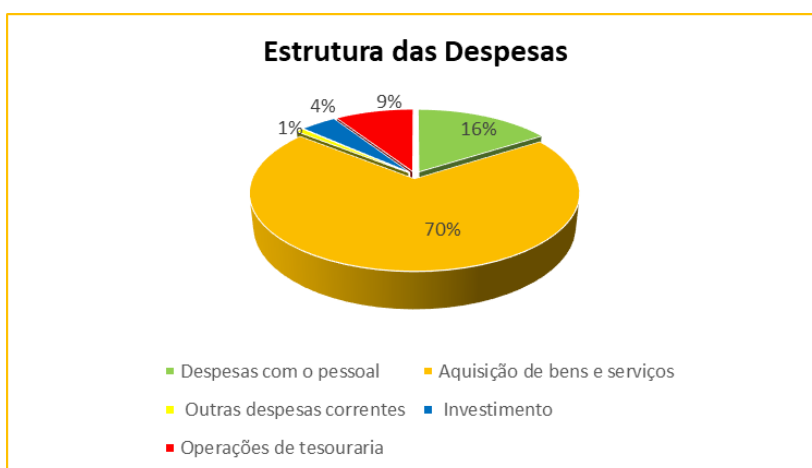


Figura 11 – Estrutura das despesas

Do valor total pago, 70% corresponde a aquisição de serviços e 16% a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social).



Como se pode verificar no quadro seguinte, a despesa paga acumulada apresentada em setembro de 2018, foi superior à despesa no mesmo período em 2017, em face, principalmente de um aumento do valor do orçamento e de uma maior eficiência na concretização dos compromissos assumidos.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução da despesa - Evolução face a 2017					
Principais agregados	ORÇ. 2018	SET - 2017	SET - 2018	Variação homóloga	%
Despesas com o pessoal	9 647 465 €	7 134 970,00 €	6 232 239,00 €	- 902 731,00 €	-13%
Aquisição de bens e serviços	71 454 632 €	21 317 140,00 €	27 125 821,00 €	5 808 681,00 €	27%
Outras despesas correntes	4 234 348 €	366 099,00 €	335 153,00 €	- 30 946,00 €	-8%
Investimento	7 588 000 €	954 235,00 €	1 641 802,00 €	687 567,00 €	72%
Operações de tesouraria	6 034 013 €	- €	3 593 827,00 €	3 593 827,00 €	0%
Outros - Aumento de Capital	623 549 €	- €	- €	- €	0%
Total	98 958 458,00 €	29 772 444,00 €	38 928 842,00 €	9 156 398,00 €	31%

Figura 12 – Evolução das despesas por agrupamento

Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de compromissos, obrigações (contas a pagar do ponto de vista orçamental) e pagamentos por unidade orgânica.

(Unid Monetária: Euros)

Sigla	Unidade Orgânica	Compromissos Assumidos	Obrigações	Pagamentos	Obrigações por pagar
ASPMS	Academia SPMS	211 061 €	148 476 €	117 038 €	31 438 €
CA	Conselho Administração	83 818 €	77 303 €	77 303 €	0 €
DAJC	Direção de Assuntos Jurídicos e Contencioso	901 330 €	304 865 €	283 682 €	21 183 €
CCMSNS	Direção de Centro de Controlo e Monitorização do SNS	1 009 874 €	67 303 €	54 062 €	13 241 €
DCBSS	Direção de Compras da Saúde de Bens e Serviços de Saúde	876 179 €	276 436 €	276 436 €	0 €
DCBST	Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais	1 088 759 €	316 336 €	262 951 €	53 385 €
DCPI	Direção de Compras Públicas Internas	424 010 €	196 262 €	142 936 €	53 326 €
DCRP	Direção de Comunicação e Relações Públicas	2 404 678 €	1 401 612 €	1 238 326 €	163 286 €
DPDO	Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	298 184 €	169 150 €	154 833 €	14 317 €
DRH	Direção de Recursos Humanos	8 508 428 €	6 563 650 €	6 276 213 €	287 437 €
DSI	Direção de Sistemas de Informação	3 007 709 €	2 343 388 €	2 286 384 €	57 004 €
DCNTS	Direção do Centro Nacional de TeleSaúde e Centro de Contacto do SNS	7 468 503 €	7 141 480 €	6 718 809 €	422 671 €
DF	Direção Financeira	203 213 €	84 783 €	74 164 €	10 619 €
NaDSI	Núcleo de apoio à DSI	161 041 €	33 305 €	1 208 €	32 097 €
NeSIS	Núcleo do eSIS	197 068 €	87 519 €	78 079 €	9 440 €
URAT	Robotics e Advanced Technology	14 850 €	14 850 €	14 850 €	- €
UAAI	Unidade Advanced Analytics e Intelligence	1 510 472 €	671 787 €	574 811 €	96 976 €
UAG	Unidade de Apoio Geral	2 502 064 €	1 197 508 €	1 182 278 €	15 230 €
UA	Unidade de Aprovisionamento	83 592 €	41 912 €	41 911 €	1 €
UAI	Unidade de Auditoria Interna	20 982 €	72 €	72 €	0 €
UCRPP	Unidade de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo	2 915 €	35 €	35 €	- €
UES	Unidade de Engenharia de Software	679 863 €	419 198 €	274 452 €	144 746 €
UGSS	Unidade de Gestão de Serviço e Suporte	1 356 458 €	942 026 €	894 416 €	47 610 €
UGMDM	Unidade de Gestão do Medicamento e do Dispositivo Médico	1 285 200 €	860 572 €	788 881 €	71 691 €
UORL	Unidade de Operação e Infraestruturas Regionais e Locais	15 161 441 €	6 070 160 €	5 547 841 €	522 319 €
UOSIC	Unidade de Operação, Segurança e Infraestruturas Centrais	2 246 470 €	299 727 €	222 950 €	76 777 €
UPCP	Unidade de Planeamento e Controlo de Processos	251 389 €	70 123 €	51 970 €	18 153 €
UPAA	Unidade de Planeamento, Arquitetura e Auditoria	374 177 €	256 650 €	234 088 €	22 562 €
UPICC	Unidade de Plataformas de Integração de Cuidados e Serviços para o Cidad	3 771 738 €	1 298 400 €	1 135 172 €	163 228 €
UPRI	Unidade de Projetos e Relações Internacionais	282 126 €	75 381 €	75 381 €	0 €
URH	Unidade de Recursos Humanos	207 635 €	102 425 €	82 939 €	19 486 €
URNIT	Unidade de Registos Nacionais e Interoperabilidade Técnica	2 432 055 €	1 355 258 €	1 080 529 €	274 729 €
USF	Unidade de Serviços Financeiros	449 902 €	394 914 €	370 776 €	24 138 €
USP	Unidade de Serviços Partilhados	944 215 €	639 785 €	575 541 €	64 244 €
UPSCPP	Unidade de Sistemas de Cuidados Primários e de Proximidade	2 206 637 €	1 160 264 €	1 032 429 €	127 835 €
USGR	Unidade de Sistemas de Gestão de Recursos	2 090 718 €	1 320 551 €	1 140 124 €	180 427 €
USH	Unidade de Sistemas Hospitalares	4 583 089 €	1 886 890 €	1 748 855 €	138 035 €
USISPMS	Unidade dos Sistemas de Informação da SPMS	716 664 €	261 871 €	222 289 €	39 582 €
Total		70 018 507 €	38 552 228 €	35 335 015 €	3 217 213 €

Figura 13 – Estrutura de compromissos, obrigações e pagamentos por Orgânica



4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Balanço

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Balanço Individual em 30 de setembro 2018

(Valores expressos em euros)

Rubricas	30.set.18	30.set.17
ATIVO		
<i>Ativo não corrente</i>		
Ativos fixos tangíveis	2 014 707,43	1 875 057,93
Ativos intangíveis	1 138 167,86	980 419,43
Ativos tangíveis em curso	164 304,01	-
	3 317 179,30	2 855 477,36
<i>Ativo corrente</i>		
Clientes, contribuintes e utentes	863 841,44	1 129 280,90
Estado e outros entes públicos	2 636 394,67	2 107 872,50
Outras contas a receber	12 524 103,44	6 741 751,42
Diferimentos	779 671,67	2 885 699,88
Caixa e depósitos	6 228 838,73	7 796 311,36
	23 032 849,95	20 660 916,06
Total do ativo	26 350 029,25	23 516 393,42
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	26 260 689,00	25 637 140,00
Reservas	4 456 980,17	-
Resultados transitados	-32 999 177,96	-26 355 252,71
Outras variações no Património Líquido	5 747 487,22	5 340 000,00
Resultado Líquido do período	-1 659 697,29	3 959 750,04
Total do Património Líquido	1 806 281,14	8 581 637,33
<i>Passivo</i>		
<i>Passivo não corrente</i>		
Provisões	337 016,68	501 157,41
	337 016,68	501 157,41
<i>Passivo corrente</i>		
Fornecedores	3 175 457,37	3 980 560,36
Estado e outros entes públicos	286 412,66	1 626 867,54
Fornecedores de investimentos	236 515,61	-
Outras contas a pagar	8 152 141,74	3 826 170,78
Diferimentos	12 356 204,05	5 000 000,00
	24 206 731,43	14 433 598,68
Total do passivo	24 543 748,11	14 934 756,09
Total Património Líquido e passivo	26 350 029,25	23 516 393,42



4.2. Demonstração dos Resultados

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração dos Resultados por Naturezas individual
Período findo em 30 de setembro 2018

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	30.set.18	30.set.17
Prestação de serviços	12 598 503,98	8 861 914,13
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	24 162 780,53	23 676 688,62
Fornecimentos e serviços externos	-30 839 858,95	-17 874 142,05
Gastos com o pessoal	-6 174 636,02	-6 734 661,96
Outros rendimentos e ganhos	308 340,44	359 744,84
Outros gastos e perdas	-444 845,08	-1 096 310,52
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	-389 715,10	7 193 233,06
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	-1 267 054,66	-1 687 545,56
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento)	-1 656 769,76	5 505 687,50
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado antes de Impostos	-1 656 769,76	5 505 687,50
Imposto sobre o rendimento	-2 927,53	-1 545 937,46
Resultado líquido do período	-1 659 697,29	3 959 750,04



4.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido, em 30 de setembro de 2018

(Valores expressos em euros)

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total do património líquido
		Capital realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	
Posição no Início do Período 2018	1	25 637 140,00	-	-26 772 940,21	5 407 487,22	-1 769 257,58	2 502 429,43
Alterações no período	2						
Resultado Líquido do Período	3					-1 659 697,29	-1 659 697,29
Resultado Integral	4 = 2 + 3					-1 659 697,29	-1 659 697,29
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital/património		623 549,00					
Outras operações							623 549,00
Transferência CCSNS 24					340 000,00		340 000,00
Saldo de gerência							
Resultados transitados dos ACES							
Transferência para reserva			4 456 980,17	-4 456 980,17			0,00
Aplicação do resultados de 2017				-1 769 257,58		1 769 257,58	0,00
	5	623 549,00	4 456 980,17	-6 226 237,75	340 000,00	1 769 257,58	963 549,00
Posição no Fim do Período 30 de junho de 2018	6 = 1 + 2 + 3 + 5	26 260 689,00	4 456 980,17	-32 999 177,96	5 747 487,22	-1 659 697,29	1 806 281,14

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total do capital próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no Início do Período 2017	1	25.637.140,00	0,00	-26.729.554,18	5.340.000,00	351.182,37	4.598.768,19
Alterações no período	2						
Resultado Líquido do Período	3					-1.769.257,58	-1.769.257,58
Resultado Integral	4 = 2 + 3					-1.769.257,58	-1.769.257,58
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital/património							
Outras operações							
Resultados transitados dos ACES				-5.698,67			-5.698,67
Reconhecimento de ativo				29.330,27			29.330,27
Reconhecimento de encargos Centro de contacto SNS				-418.200,00			-418.200,00
Transferência de ativos entre entidades					67.487,22		67.487,22
Aplicação do resultados de 2016				351.182,37		-351.182,37	0,00
	5	-	-	-43.386,03	67.487,22	-351.182,37	-327.081,18
Posição no Fim do Período 2017	6 = 1 + 2 + 3 + 5	25.637.140,00	-	-26.772.940,21	5.407.487,22	-1.769.257,58	2.502.429,43



4.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa
Período findo em 30 de setembro de 2018

(Valores expressos em euros)

Rubricas	30.set.18	30.set.17
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes	2 533 659,14	6 879 249,56
Pagamentos a fornecedores	-27 575 257,40	-21 443 573,31
Pagamentos ao pessoal	-5 480 412,01	-5 902 102,47
Caixa gerada pelas operações	-30 522 010,27	-20 466 426,22
Outros recebimentos / pagamentos	26 355 591,81	23 232 237,85
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	-4 166 418,46	2 765 811,63
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-1 194 404,07	-472 870,44
Activos intangíveis	-555 781,96	-410 648,43
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-1 750 186,03	-883 518,87
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	623 549,00	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	623 549,00	-
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-5 293 055,49	1 882 292,76
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	11 521 894,22	5 914 018,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 228 838,73	7 796 311,36
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência		
Caixa e seus equivalentes no início do período		
Equivalentes a caixa no início do período	11 521 894,22	5 914 018,60
Variações cambiais de caixa no início do período		
Saldo da gerência anterior	11 521 894,22	5 914 018,60
De execução orçamental	10 694 221,00	5 759 260,00
De operações de tesouraria	827 673,22	154 758,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período		
Equivalentes a caixa no fim do período	6 228 838,73	7 796 311,36
Variações cambiais de caixa no fim do período		
Saldo para a gerência seguinte	8 792 158,76	7 796 311,36
De execução orçamental	6 298 164,00	7 501 528,00
De operações de tesouraria	-69 325,27	294 783,36



4.5. Notas às Demonstrações Financeiras

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Até 31 de dezembro de 2016, no ano de entrada em funcionamento ou utilização dos ativos era praticada a quota anual de depreciação, no entanto a partir de 1 de janeiro de 2017 o registo da quota de depreciação corresponde ao número de meses contados desde o mês da entrada em funcionamento do ativo, inclusive, até ao final do ano. A SPMS decidiu a adotar a prática de depreciação por duodécimos de forma a garantir a especialização dos gastos.

No ano de 2017 a SPMS incorporou os ativos do Centro de Contacto do SNS, provenientes da DGS, no valor de 67.487,22€. Em 2018 irá incorporar os bens do Centro de Controlo e Monitorização do SNS, a maior parte já totalmente amortizados, todavia a sua mensuração ainda não foi finalizada.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Também para os ativos intangíveis foi adotada a prática da depreciação por duodécimos por forma a garantir a especialização dos gastos.

Clientes

A 30 de setembro de 2018 o valor em dívida de clientes apresenta uma diminuição face ao período homólogo. O montante em dívida em setembro de 2018 refere-se essencialmente a faturas emitidas no âmbito de contratos de serviços partilhados.

Estado e Outros Entes Públicos – Ativo

A SPMS tem um valor a receber da Administração Tributária referente a IVA que ascende a 2.633.833€ e que tem sido tratado nas declarações periódicas como excesso a reportar para períodos seguintes pois prevê-se que este valor será compensado com liquidação de IVA na faturação ainda a emitir, nomeadamente no âmbito do contrato programa com a ACSS.

Outras contas a receber

O montante incluído nesta rubrica corresponde a valores a receber de colaboradores da SPMS na sequência da emissão de reposições, tendo sido efetuadas as diligências necessárias para a recuperação dos montantes em causa. Inclui ainda acréscimo de rendimentos relativos aos serviços prestados à ACSS no âmbito do



Contrato-Programa, que ascendem a 9.943.645€ bem como a valores a faturar a clientes no âmbito de serviços partilhados.

Diferimentos- Ativo

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente. Em setembro de 2018 inclui o diferimento dos gastos com a assistência técnica de software do licenciamento ORACLE, no montante de 514.948€ proveniente do exercício anterior.

Caixa e depósitos

A rubrica de caixa e depósitos inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Património/Capital

O capital estatutário de 26.260.689 Euros da SPMS é detido a 100% pelo Estado Português, encontrando-se integralmente realizado a 30 de setembro de 2018. No 3.º trimestre de 2016 ocorreu o aumento de capital de 19.637.140€ para fazer face às dívidas provenientes do ACE's que, adicionado aos 6.000.000€ iniciais, fez subir esta rubrica. Também em julho de 2018 ocorreu um novo aumento de capital no valor de 623.549€, condicionado exclusivamente ao pagamento de dívidas a fornecedores e a outros credores não bancários, transmitidas pelos ACE's SOMOS.

Reservas

Em fevereiro de 2018 o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e a Senhora Secretária de Estado da Saúde aprovaram as contas referentes aos exercícios de 2010 a 2014. Assim, conforme proposta de aplicação de resultados para os anos de 2013 e 2014 foram constituídas reservas no valor de 4.456.980,17€.

Resultados Transitados

O resultado líquido negativo do período findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 1.769.257,58€, foi transferido para resultados transitados.

A 30 de setembro de 2018 a SPMS apresenta um capital próprio positivo totalmente subscrito e realizado pelo Estado Português, no entanto ele ainda é inferior a metade do capital social.



Outras variações no Património Líquido

No âmbito da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, procedeu-se à revelação contabilística das transferências determinadas pelo Orçamento do Estado para aquele efeito, no montante de 5.340.000,00 euros, recebidas durante o ano de 2016, em outras variações no património líquido.

Em 2017, a rubrica de outras variações no património líquido sofreu um incremento de 67.487,22€ referente ao valor dos ativos do Centro de Contacto do SNS que foram transferidos da DGS para a SPMS por via do Decreto-Lei n.º 69/2017 de 16 de junho.

Também, em 2018 a SPMS reconheceu nesta rubrica o valor de 340.000€ referente ao valor recebido no âmbito do Centro de Contacto do SNS24, por via do acionamento de garantias.

Provisões

A 30 de setembro de 2018 a SPMS manteve constituídas provisões no montante de 337.016,68 euros, no âmbito de processos judiciais em curso, de acordo com avaliação da probabilidade de exfluxos financeiros, sendo esta quantificada com o auxílio do patrocínio jurídico dos respetivos processos, de acordo com as políticas contabilísticas em vigor.

Fornecedores

O montante em dívida explica-se sobretudo por faturas de fornecedores que ainda não estão vencidas, e por faturas que ainda de encontram por validar.

Nas principais dívidas a fornecedores destaca-se a dívida à “ALTRAN – Altran Portugal, S.A.”, um dos principais fornecedores da SPMS, referente a diversos contratos de prestação de serviços, essencialmente subcontratos no âmbito do contrato programa com a ACSS. No que respeita à dívida ao fornecedor “MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.” ela está sobretudo relacionada com a atividade do Centro de Contacto do SNS – SNS24.

A 30 de setembro de 2018 permanece por liquidar o montante de 484.813,51€ referente à dívida antiga transmitida dos ACES SOMOS, por via do Decreto-Lei n.º 209/2015, de 25 de setembro. No entanto, em julho de 2018 a SPMS recebeu o montante necessário para a sua liquidação, através do aumento do seu capital estatutário no valor de 623.549€. Durante o mês de outubro e até ao final do ano espera-se que sejam liquidadas todas as dívidas provenientes dos ACES SOMOS.

Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a imposto estimado, Segurança Social, CGA e IRS.

Outras contas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias e subsídio de férias a liquidar aos colaboradores em 2019, mas cujo direito é adquirido em 2018.

Nesta rubrica também está refletido o encargo referente à prestação de serviços do contrato n.º 194/2016, referente ao processo 20160063 – Aquisição de manutenção de licenciamento ORACLE, no montante de 2.043.000,00 euros, liquidado no mês de outubro.



O restante valor refere-se a faturas cuja prestação de serviço ocorreu em setembro, mas as faturas só chegaram em meados de outubro

Diferimentos - Passivo

Em 30 de setembro de 2018 foi reconhecido um passivo referente aos valores recebidos por transferências correntes do OE para financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, tendo em conta o grau de execução da despesa, considerando que o montante não executado será previsivelmente devolvido à ACSS, conforme disposição que os últimos Orçamentos do Estado têm determinado.

Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica a 30 de setembro de 2018 refere-se essencialmente à faturação ou acréscimo de faturação a emitir no âmbito da prestação de serviços partilhados com diferentes entidades do setor da saúde e a contratos com a Direção Geral de Saúde. Nesta rubrica consta ainda o acréscimo de rendimentos relativos às prestações de serviços realizadas e ainda não faturadas no âmbito do Contrato-Programa com a ACSS, no valor de cerca de 10M€.

Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos

A partir do exercício de 2016 a SPMS passou a receber transferências correntes diretamente do Orçamento do Estado. O ponto 39 do mapa anexo ao artigo 8.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018), dispõe o seguinte: *“Transferência da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. para a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), até ao limite de € 40 000 000, destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, e até ao limite de € 9 266 844, destinada a financiar o Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS)”*.

Até setembro de 2018 a SPMS recebeu nove duodécimos referente ao valor para financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS. No entanto, a receita obtida por via de Transferências do Orçamento do Estado só vai sendo reconhecida como rendimento à medida que se reconhecem os gastos por ela financiados, uma vez que essa receita terá de ser devolvida à ACSS em caso de ausência de execução (pagamento), de acordo com uma norma que vem constando nas últimas leis do Orçamento do Estado.

Nesta rubrica inclui ainda 6.295.091€ referente ao Centro de Contacto do SNS.

Fornecimentos e serviços externos

Em 2018, os gastos com fornecimentos e serviços externos registam um incremento face ao período homólogo em virtude do aumento da atividade da SPMS.



Gastos com o pessoal

Esta rubrica registou uma diminuição em setembro de 2018 em relação ao valor registado no período homólogo. Esta diminuição deve-se sobretudo ao facto do quadro de pessoal da SPMS ter sofrido uma diminuição face a setembro de 2017. O número de trabalhadores era de 283 em setembro de 2017 e de 259 em setembro de 2018.

Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica regista uma diminuição face ao período homólogo, uma vez que as correções relativas a períodos anteriores diminuíram significativamente. Também foi registado em rendimentos suplementares a faturação emitida no âmbito do projeto de recuperação de taxas moderadoras, conhecido como SITAM.

Outros gastos e perdas

Nesta rubrica foram considerados os gastos de correções relativas a anos anteriores, quotizações, impostos, juros e outros.

Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica espelha o forte investimento registado em 2015 e 2016, especialmente decorrente da execução do PRITIC. De salientar que o registo das depreciações no ano de início de utilização dos ativos está a ser realizado em regime de duodécimos.

Evolução dos resultados

A Demonstração dos Resultados, a 30 de setembro de 2018, evidencia um resultado líquido negativo do período de 1.659.697,29€. O resultado líquido apresenta-se negativo porque o aumento dos fornecimentos e serviços externos não é compensado totalmente pelo aumento das prestações de serviços e transferências correntes. Por outro lado, a receita obtida por via de Transferências do Orçamento do Estado só vai sendo reconhecida como rendimento à medida que se reconhecem os gastos por ela financiados.

Recebimentos de clientes

Os recebimentos ocorridos em 2018 referem-se a recebimentos no âmbito dos contratos de serviços partilhados e contratos com a DGS.

Esta rubrica apresenta uma diminuição face ao período homólogo, porque a SPMS só recebeu da ACSS o valor referente a faturas do contrato programa de 2016 no primeiro semestre de 2017, situação que não aconteceu em 2018.

Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta um aumento significativo face ao ano anterior, devido ao aumento do orçamento e a uma maior eficiência na realização dos compromissos assumidos.



Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresentam uma diminuição relativamente ao ano anterior. Esta diminuição está relacionada com o facto do quadro de pessoal apresentar uma diminuição face a setembro de 2017.

Outros recebimentos/pagamentos

A 30 de setembro de 2018 constam nesta rubrica o recebimento dos nove duodécimos do OE, bem como o recebimento das transferências inerentes ao Centro de Contacto do SNS. Em maio de 2018 procedeu-se à entrega do saldo de gerência de 2017 à ACSS registado em outros pagamentos.

Ativos fixos tangíveis e Ativos Intangíveis

Estas rubricas refletem pagamentos referentes a aquisições de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

Caixa e seus equivalentes no fim do período

Esta rubrica não apresenta uma variação significativa relativamente ao período homólogo.



5. INDICADORES

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência a setembro de 2018 e sua situação face ao ano de 2017.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	31.dez.2017	30.set.2018
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	- 1 769 257,58 € -	1 659 697,29 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	10%	7%
Liquidez geral	Ativo Corrente: Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos Corrente: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	0,99	0,95
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	0,11	0,07
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	- 1 764 448,35 € -	1 656 769,76 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	504 043,75 € -	389 715,10 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	29 965 132,13 €	30 839 858,95 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	41 838 058,09 €	37 069 624,95 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251)	NA	Balancete	417 319,64 €	76 437,18 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	60 899,85 €	44 207,29 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	187 897,38 €	93 813,35 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	9 572 555,75 €	6 174 636,02 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	FSE + Gastos com pessoal	NA	DR	39 537 687,88 €	37 014 494,97 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços	NA	DR	16 396 383,74 €	12 598 503,98 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais DGTF	Volume de Negócios	DR	241%	294%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis (6242) + Locação (626123) + Estacionamento (62514) + Portagens (62515)	NA	Balancete	48 092,27 €	29 275,27 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	23 162 531,84 €	2 533 659,14 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	34 009 433,76 €	27 575 257,40 €
Prazo médio de pagamento (dias) - Dados de setembro	Média Fornecedores dos últimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	31,90	16,42
Prazo médio de recebimento (dias) - Dados de setembro	Média dos Clientes dos últimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	67,49	47,30
Prazo médio de pagamento (dias) - Dados de setembro - excluindo ACES	Fornecedores	FSE x nº de dias decorridos	Balancete	nd	23,56
Prazo médio de recebimento (dias) - Dados de setembro	Clientes	Prestação de serviços x nº de dias decorridos	Balancete	nd	18,51
Quociente de posicionamento relativo - Dados de setembro	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		0,47	1,27
Saldo médio mensal de clientes	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2 371 431,42 €	2 734 755,03 €
Saldo médio mensal de fornecedores	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2 959 940,86 €	2 975 999,62 €
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, além das receitas próprias		Balancete	33 371 241,00 €	39 458 191,00 €



O resultado líquido apresenta-se negativo porque o aumento dos fornecimentos e serviços externos não é compensado totalmente pelo aumento das prestações de serviços e transferências correntes. Por outro lado, a receita obtida por via de Transferências do Orçamento do Estado só vai sendo reconhecida como rendimento à medida que se reconhecem os gastos por ela financiados, uma vez que essa receita terá de ser devolvida à ACSS em caso de ausência de execução (pagamento), de acordo com uma norma que vem constando nas últimas leis do Orçamento do Estado.

O indicador de autonomia financeira sofreu uma variação negativa em relação a 2017 em virtude da diminuição do capital próprio, influenciado pelo resultado negativo.

O prazo médio de recebimentos fixou-se nos 47 dias tendo em conta a média trimestral (despacho 9870/2009). Este indicador diminuiu face a dezembro de 2017 uma vez que parte da faturação emitida à ACSS em 2017 foi corrigida e outra foi incluída no contrato-programa de 2018, originando a emissão de notas de crédito no 1.º trimestre de 2018, valor de 4.478.359€.

Em setembro de 2018 o prazo médio de pagamentos situa-se nos 16,42 dias. Em setembro de 2018 verifica-se uma melhoria deste indicador face a dezembro de 2017. O prazo médio de pagamento no final do 3º trimestre de 2018 está alinhado com os objetivos da SPMS, que se traduz num prazo médio de pagamentos inferior a 32 dias. Para atingir este objetivo muito contribuiu a estratégia da DF em pagar as faturas até 30 dias, independentemente da sua data de vencimento. Outras estratégias poderão ser seguidas para cumprimento do objetivo exposto.

No que respeita aos limites que impendem sobre a SPMS importa referir que, através da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2018, encontra-se estabelecido no artigo 55.º que “As empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental”.

Aquele artigo determina ainda que os gastos com pessoal, o conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, bem como o conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria “devem ser iguais ou inferiores aos registados em 2017” (cfr. n.º 3 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio).

Neste âmbito de salientar, que o Plano de Atividades e Investimento para 2018 foi aprovado por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro em 29/06/2018, sancionando, assim, o crescimento da atividade da SPMS que justifica, conseqüentemente, o aumento dos seus gastos operacionais.

Neste contexto, o estado atual destes indicadores é o seguinte:

Indicadores	30.set. 2017	30.set. 2018	% sobre 2017	Variação homóloga	% VH
EBITDA (€)	7 193 233,06 €	389 715,10 €	-5%	7 582 948,16 €	-105%
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	17 874 142,05 €	30 839 858,95 €	173%	12 965 716,90 €	73%
Rendimentos Operacionais (€)	23 401 443,62 €	37 069 624,95 €	158%	13 668 181,33 €	58%
Gastos com deslocações e estadas	36 016,23 €	76 437,18 €	212%	40 420,95 €	112%
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	44 014,55 €	44 207,29 €	100%	192,74 €	0%
Gastos com comunicações	75 181,65 €	93 813,35 €	125%	18 631,70 €	25%
Gastos com Pessoal (€)	6 734 661,96 €	6 174 636,02 €	92%	560 025,94 €	-8%
Gastos Operacionais DGTf (FSE+GCP) (€)	24 608 804,01 €	37 014 494,97 €	150%	12 405 690,96 €	50%
Volume de negócios	8 861 914,13 €	12 598 503,98 €	142%	3 736 589,85 €	42%
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	278%	294%	-	16%	-
Gastos com Frota Automóvel	21 388,16 €	29 275,27 €	137%	7 887,11 €	37%
Aquisições de serviços (Ec. 0202 - FF319;510;540)	20 765 936,00 €	26 580 677,00 €	128%	5 814 741,00 €	28%



6. CONCLUSÕES

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

- A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada a 30 de setembro de 2018. A execução orçamental do mês de setembro de 2018 apresenta um total de recebimentos de 44.211.650,00 € e um total de pagamentos de 38.928.842,00€.
- O resultado líquido apresenta-se negativo porque o aumento dos fornecimentos e serviços externos não é compensado totalmente pelo aumento das prestações de serviços e transferências correntes.
- O grau de execução orçamental da receita é baixo uma vez que, à data de 30 de setembro, ainda não tinha sido emitida a fatura referente aos 25% iniciais ao abrigo do Contrato-Programa com a ACSS.
- Permanecem dívidas por pagar decorrentes das obrigações transmitidas dos ACE Somos pelo Decreto-Lei nº209/2015, de 25 de setembro ACE, embora de montante reduzido. À data deste relatório já se pode afirmar que estas dívidas estão a ser liquidadas.
- O prazo médio de pagamentos oficial situa-se nos 16 dias (média trimestral), apesar do indicador instantâneo a setembro ter sido mais elevado, sendo que o objetivo é manter o prazo médio de pagamentos abaixo dos 30 dias em 2018.
- O Plano de Atividades e Investimento para 2018 foi aprovado por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro em 29/06/2018, sancionando o crescimento da atividade da SPMS que justifica, conseqüentemente, o aumento dos seus gastos operacionais.

SPMS, em Lisboa, 24 de outubro de 2018
